

JORNAL da



MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MATO GROSSO | NÚMERO 0049 | JUNHO DE 2017 - www.oabmt.org.br



OAB-MT comemora 84 anos como a voz da sociedade para garantir estado democrático de direito

Página - 8

OAB
apresenta

XX CONFERÊNCIA ESTADUAL DA ADVOCACIA
CIDADANIA, DEMOCRACIA E INOVAÇÃO

XX SEMANA JURÍDICA

16, 17 e 18
de agosto de 2017
Centro de Eventos do Pantanal

ESAMT OABMT

INFORMAÇÕES: (65) 3613-0956 | 3613-0957 | 3613-0927

Maior evento jurídico de MT do ano, a XX Conferência Estadual da Advocacia é lançada pela OAB-MT

Página - 3



FeijOAB de 2017 supera expectativa de público em Lucas do Rio Verde

Página - 14

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva

Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha
Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção

Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda

Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico
Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	QUARTA TURMA			OITAVA TURMA		
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE	TELEFONE	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
	3613-0935	3613-0940	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
			ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
PRIMEIRA TURMA			QUINTA TURMA			NONA TURMA		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
SEGUNDA TURMA			SEXTA TURMA			DÉCIMA TURMA		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPAROLO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
TERCEIRA TURMA			SÉTIMA TURMA			DÉCIMA PRIMEIRA TURMA		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

Jornalistas:
Natacha Wogel
Vinícius Bruno/ZFPpress
Marianna Marimon - DRT/MT 2086
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243

Fotografias: Kamila Martins/
Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

OAB-MT lança XX Conferência da Advocacia e XX Semana Jurídica

O lançamento oficial da XX Conferência Estadual da Advocacia e da XX Semana Jurídica aconteceu no dia 30 de junho, na sede da OAB-MT, em alusão ao aniversário de 84 anos da seccional – celebrados em 29 de junho. Ao longo dos dias 16, 17 e 18 de agosto, Cuiabá se transformará na capital jurídica do país com a presença de alguns dos maiores nomes brasileiros do Direito, que participarão de mesas, debates e painéis no Centro de Eventos do Pantanal.

As inscrições para a XX Conferência Estadual da Advocacia e a XX Semana Jurídica estão abertas desde o dia 12 de junho.

Com o tema central “Cidadania, Democracia e Inovação”, os eventos terão 40 palestras que se dividirão em 12 painéis com 36 palestras diurnas e mais quatro palestras noturnas. Será uma maratona de informações de qualidade, oferecidas por profissionais de renome nacional, que resultarão em um certificado de 80 horas/aula para os participantes.

As quatro palestras magnas terão como conferencistas Guilherme Nucci, Luiz Flávio Gomes, Fernanda Tartuce e Rodolfo Pamplona Filho, já confirmados no evento.

“Neste ano nossa conferência completa 20 anos. As discussões e os profissionais convidados estão à altura da importância do evento e do momento que o país atravessa.



INFORMAÇÕES: (65) 3613-0956 | 3613-0957 | 3613-0927

Os debates irão garantir aos participantes um conteúdo de qualidade, gerando conhecimento aos estudantes de Direito e atualização para os advogados que atuam em Mato Grosso”, afirma o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

A palestra de abertura, com o desembargador Guilherme Nucci, livre-docente em Direito Penal, doutor e mestre em Direito Processual Penal pela PUC-SP, será na noite do dia 16, a partir das 19 horas.

No dia 17, também a partir das 19h, a palestra magna será ministrada pelo jurista Luiz Flávio Gomes. A mesa terá ainda como debatedor o prefeito de Cuiabá e professor de Direito Constitucional, Emanuel Pinheiro.

Luiz Flávio Gomes é doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madri (Espanha) e mestre em Direito Penal pela Faculdade de

Direito da USP. Ele é o idealizador e criador do Movimento #QueroUmBrasilético e diretor-presidente do Instituto de Mediação Luiz Flávio Gomes.

A segunda palestra do dia 17 contará com a presença de Fernanda Tartuce, doutora e mestre em Direito Processual pela USP e professora no programa de Doutorado e Mestrado da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP), às 20h45.

Encerrando as palestras magnas, no dia 18 de junho, será a vez do juiz Rodolfo Pamplona Filho falar aos participantes. Ele é professor titular do curso de Direito e do Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas da Universidade Salvador (UNIFACS) e professor Associado da graduação e pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Entre os painéis, o de Direito Civil e Processo Civil, que acontece no dia 17 de agosto, por exemplo, reunirá os especialistas André Roque (das 8h30 às 9h30), Cassio Scarpinella (9h30 às 10h30) e Christiano Cassetari (10h30 às 11h30), além de outros cinco painéis e das duas palestras noturnas.

“Estamos esperando quatro mil pessoas. Doze áreas do Direito, que vão do Penal ao Ambiental, passando pelo Tributário e o Constitucional, serão abordadas e proporcio-

narão ao participante um panorama da advocacia no Brasil. Todas as palestras tratarão de temas relevantes, tanto para a atualização dos profissionais, quanto para a formação dos estudantes. Estamos convictos que esse será o evento mais importante da nossa classe”, completou o presidente da OAB-MT.

Conferência - A Conferência Estadual da Advocacia acontece a cada três anos pelas Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme disposição estatutária prevista no artigo 80, da Lei Federal 8.906/94 (EOAB), visando fomentar o aperfeiçoamento da cultura jurídica e garantindo um amplo debate sobre temas pertinentes à classe e à ordem jurídica.

Inscrições - Para se inscrever, é preciso entrar no site da Conferência, o www.oabmt.org.br/conferencia, onde também é possível conferir a programação completa. As vagas estão disponíveis a advogados e advogadas, estudantes e demais operadores do Direito. Para o público em geral o valor é R\$ 200, para profissionais da advocacia, R\$ 120, e para estagiários, estudantes, idosos e pessoas com deficiência, R\$ 100. As vagas são limitadas.

Ao efetuar a inscrição, o participante terá acesso as quatro palestras noturnas e a dois painéis no período diurno. Estudantes e profissionais do Direito são o público alvo da Conferência. No ato da inscrição, será preciso escolher o painel para participar por dia. A participação nos painéis é fundamental para o cumprimento da carga horária de 80 horas.

Galeria Silva Freire recebe 50 anos da arte de Amâncio

Em comemoração aos 84 anos da OAB - MT, o artista plástico Amâncio Ribeiro, radicado em Cuiabá desde 2000, quando retornou do exílio, expõe seus trabalhos realizados ao longo dos últimos 50 anos na galeria Silva Freire.

No saguão da “Casa da Democracia”, a exposição recebe pela primeira vez a tela “173 Dias de Corrupção”. A obra que retrata alguns dos mais recentes escândalos políticos brasileiros foi composta ao longo de 173 dias com base em 154 reportagens publicadas pela revista Veja.

“Isso aqui é corrupção, roubalheira”, afirmou ao explicar sua obra. A tela se junta a outras pintadas na época da ditadura que, inclusive, o levaram a ser exilado do

país. “Quando eu pintei contra os militares - e por isso me expulsaram -, pintava o que eles faziam de errado. Hoje eu pintei o que a democracia faz de errado”, disse.

Em que pese não temer mais o exílio, Amâncio relatou que chegou a ser ameaçado enquanto pintava “173 Dias de Corrupção”. De acordo com o artista, dois homens armados entraram em seu ateliê, o ameaçaram e até arranharam a tela com o cano da arma no intuito de demovê-lo da ideia.

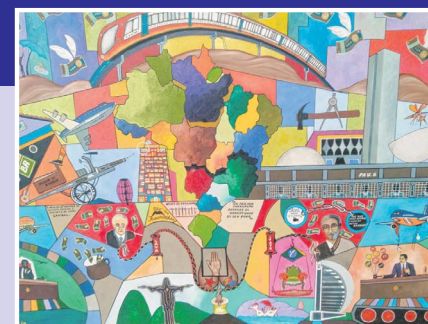
“Tratei de ter esse quadro um pouco guardado porque ele fere 99,9% dos políticos brasileiros. Aí pensei: a qualquer momento pode entrar um louco aqui e rasgar”, contou Amâncio.

Apesar de ser exposta pela primeira

vez, a obra já rendeu mais de 40 mil visualizações na internet, conforme contou o artista plástico. A coragem para trazer a tela ao grande público partiu justamente do pleito de amigos advogados e do intuito de levar sua obra para um local onde as pessoas consigam interpretá-la.

Agora, todos os cuiabanos podem conferir de perto esta e mais cerca de 60 telas do artista que já foram expostas em diversos países. Amâncio garantiu que aqueles que comparecerem à exposição irão encontrar muita história documentada.

Além de escândalos políticos, os quadros tiveram como fonte de inspiração letras de tango, livros e episódios como a rebelião ocorrida no presídio do Carumbé,



na Capital, no ano de 2007.

Mais que apreciar a arte de Amâncio, os frequentadores da Galeria Silva Freire, no saguão da OAB-MT, poderão ver ao vivo o trabalho do artista que, durante a exposição, se dedicará à pintura de um novo quadro.

A exposição é aberta ao público de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h30, com entrada gratuita.

Desafio de vencer cultura do litígio continua após 2 anos da Lei de Mediação

Entre janeiro e maio de 2017 já foram realizadas 10.818 audiências de conciliação e mediação em Mato Grosso. Os acordos já movimentaram R\$ 212,16 milhões entre as partes, que encontraram na autocomposição uma forma ágil e eficaz para resolver conflitos.

Desde 2013 já foram realizadas 155.119 audiências de conciliação e mediação no Estado, que movimentaram R\$ 1,381 bilhão. Os dados são do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT).

A solução de conflitos por meio da mediação está garantida pela Lei nº 13.140, promulgada em 26 de junho de 2015. Apesar dos avanços decorrentes da criação do instituto jurídico, ainda são evidentes os efeitos da cultura de litígio. Exemplo disso é que existe um estoque processual de 1,012 milhão em tramitação só em Mato Grosso, sendo que 97% do montante estão na 1ª instância, somando 978.364 processos, enquanto que 3% ou 34.602 estão na 2ª instância. Em sete anos, o estoque processual aumentou 36,19%, passando de 743.767 para 1,1 milhão.

Para reverter esse cenário de excessiva carga processual, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução nº 125/2010, que criou a Política Nacional de Resolução de Conflitos. O TJMT foi um dos primeiros tribunais a implantar completamente a Resolução, conforme destaca a desembargadora Clarice Claudino.

No ano seguinte, em 16 de junho de 2011, o TJMT publicou a Resolução nº 12/2011/TP, que instituiu o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec). Em 2012, mais uma atitude do Tribunal Pleno do Poder Judiciário de Mato Grosso, a Resolução nº

009/2012, foi perspicaz para criar instrumentos que revertessem a cultura de litígios tão incisiva no país. Com essa resolução foram instaladas as Centrais e Centros para resolução dos conflitos por meio da autocomposição – que é quando as partes confeccionam um acordo sobre o problema que eventualmente seria levado até o Estado/Juiz por meio de uma ação judicial.

“Em 2015, dois grandes marcos consolidaram a mediação e a conciliação como institutos garantidores do direito de as partes chegarem à Justiça e a uma solução para os conflitos sem precisar encarar os demorados e burocráticos processos judiciais, sendo a Lei da Mediação e o Novo Código de Processo Civil”, explica a presidente da Comissão Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OAB-MT, Nalian Borges Cintra Machado.

A advogada explica que a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, o Novo Código de Processo Civil (CPC), passou a vigorar somente em março de 2016, mas sua grande inovação foi proporcionada pelo artigo 344 que estabelece a audiência de conciliação e mediação como um dos primeiros procedimentos dentro do processo judicial e possibilitando que os acordos possam ser celebrados em qualquer momento do processo judicial, seja na primeira ou segunda instância, garantindo às partes um título judicial, que tem força de sentença.

Já a Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, que entrou em vigor seis meses depois de promulgada, trouxe a regulamentação da mediação, o que passou a ser um marco legal para esta prática tanto no âmbito judicial quanto no extrajudicial. “A lei de mediação traz uma definição clara do papel do mediador logo no artigo 1º, parágrafo único: considera-se mediação a atividade técnica exercida



por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia”, explica Nalian Cintra.

Princípios – A desembargadora Clarice Claudino salienta que o principal objetivo da mediação, assim como a conciliação, é a desconstrução da cultura de litígio, tão presente no cotidiano do brasileiro. “Infelizmente a palavra justiça tem sido relacionada com vingança. Acredito que aos poucos essa cultura litigiosa será revertida na medida em que os operadores do direito conhecerem as técnicas de mediação e, dessa forma, ampliar as opções para tratar dos conflitos trazidos pelas pessoas, entre as opções, os institutos da autocomposição”, pontua.

Além da desconstrução da cultura de litígio, a Lei nº 13.140/2015 também elenca oito princípios que orientam o objeto de atuação da mediação: imparcialidade do mediador; isonomia entre as partes; oralidade; informalidade; autonomia da vontade das partes; busca do consenso; confidencialidade e boa-fé.

“O legislador teve o cuidado de explicitar os princípios que são basilares para atividade de mediação. Isso porque as partes, quando fazem a opção pela autocomposi-

ção, seja no âmbito judicial ou no extrajudicial, devem ter consciência de que serão elas a construir uma decisão, diferente do que acontece em um processo judicial no qual é o juiz que impõe uma sentença, que muitas vezes não agrada a nenhuma das partes”, pondera Nalian Cintra.

Eficácia – Para a desembargadora Clarice Claudino, a grande eficácia dos métodos de autocomposição está na garantia de paz. “A paz interior é algo muito valioso e que não combina com litígio, pois litígio é mágoa e que tem um valor monetário para o Estado, que tem que manter uma grande estrutura para resolver os conflitos, além do desgaste emocional para a pessoa”, salienta.

“Ao buscar uma solução harmoniosa, as partes podem resolver o problema de forma célere, o que não é a realidade dos processos judiciais que podem durar anos e, ao fim, ainda não ter uma decisão que responda aos anseios particulares. Vale ressaltar que o Poder Judiciário nunca vai perder importância, mas que é possível garantir soluções práticas por meio da mediação e da conciliação de forma mais econômica, célere e harmoniosa, o que faz da autocomposição uma ferramenta muito eficaz tanto no âmbito judicial, quanto no extrajudicial”, pontua Nalian Cintra.

Comissão leva informações para mais de 150 profissionais do médio norte



A caravana da Comissão Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OAB-MT percorreu três subseções da região médio norte de Mato Grosso no final de junho. A palestra “Mediação, Conciliação e Arbitragem” foi apresentada para mais de 150 profissionais da advocacia das subseções de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop entre os dias 20 e 22.

Durante os encontros, conduzidos pela presidente da comissão, a mediadora Nalian Cintra; pela secretária-geral adjunta, mediado-

ra Ana Maria Moser, e pelo secretário-geral, o negociador Eduardo Mello, os advogados e advogadas puderam esclarecer dúvidas sobre as técnicas e conhecer as vantagens desse novo mercado de trabalho para a advocacia.

“Em nosso estado os sistemas autocompositivos são uma semente em fase de crescimento. Em lugares, como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro essas práticas já são uma realidade. Nós temos a crescer e se desenvolver”, apontou Nalian Cintra.

Desde sua reestruturação, no início deste ano, a comissão especial vem percorrendo as principais subseções de Mato Grosso para apresentação dos métodos de solução de conflitos com avaliação positiva dos participantes das palestras.

O evento é realizado em parceria com a ESA-MT, que emite certificado de participação com carga de 5 horas aula.

Os advogados e advogadas que ainda se interessam pela temática podem compor a comissão especial da OAB-MT.

A pedido da OAB-MT, desembargador determina investigação de grampos à Procuradoria Geral de Justiça

Relator da notícia-crime apresentada pela OAB-MT ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) pedindo a instauração de investigação criminal para apuração dos fatos graves acerca do esquema de interceptações telefônicas ilegais no Estado, o desembargador Orlando Perri determinou ao Procurador-Geral de Justiça que faça a investigação do caso no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT).

A determinação atende ao pedido formulado pela OAB-MT que, desde que veio à tona a denúncia da existência de uma prática de interceptações telefônicas ilegais em Mato Grosso, vem acompanhando o caso e teve conhecimento de supostas quebras de sigilo telefônico de maneira ilegal, pelo método conhecido como “barriga de aluguel”, durante investigação conduzida pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Já foram instaurados procedimentos investigatórios na Procuradoria Geral da República (PGR), na Corregedoria-Geral da Polícia Militar (CGPM) e no próprio TJMT. Agora, o MPMT também deverá apurar a participação de promotores e do Gaeco em suposta quebra de sigilo telefônico ilegal.

“O Ministério Público precisa vir a público e mostrar o que está fazendo, quais as atitudes que estão sendo tomadas da porta para dentro”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos. Ele ainda enfatizou que, diante da gravidade dos fatos já noticiados, o procedimento deve ser despedido de qualquer sigilo.

“Se há indícios de que a barriga de aluguel operou no equipamento do Gaeco, o mínimo que se deveria ter feito era instaurar um procedimento de imediato, auditar, afastar os envolvidos”, complementou Leonardo Campos.

De acordo com o parágrafo único do artigo 41 da Lei Federal 8.625/1993, quando no curso de investigação houver indício da prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

Com base nisso, o desembargador Orlando Perri determinou o encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, Mauro Curvo, para dar prosseguimento às investigações observando o prazo legal de 30 dias.

Além disso, o desembargador determinou o levantamento do segredo de justiça na representação criminal a pedido da própria OAB-MT e ainda incluiu a entidade na qualidade de interessada, autorizando o acompanhamento das investigações e requerimento de diligências que reputar imprescindíveis para a elucidação dos fatos criminosos noticiados.

Classificado pelo presidente da OAB-MT como o maior escândalo da história de Mato Grosso, o episódio dos grampos ilegais ainda tem proporção desconhecida. Além da notícia-crime apresentada ao TJMT, a entidade obteve cópia do processo que tramitou na comarca de Cáceres, onde foi constatado o pedido de interceptação telefônica de pessoas alheias à investigação; foi à Procuradoria Geral da República (PGR) solicitar acesso ao inquérito que lá tramita e também solicitou cópia do Inquérito Policial Militar (IPM) conduzido pela CGPM.

Acompanhando atentamente a apu-



ração do caso, a OAB-MT teve notícia de que a chamada prática da “barriga de aluguel” também teria ocorrido em outra circunstância, dessa vez, em investigação conduzida pelo Gaeco no âmbito da operação Ouro de Tolo, na 7ª Vara Criminal de Cuiabá, onde pessoas estranhas à investigação tiveram seu sigilo violado.

Após receber a notícia-crime da Ordem, Orlando Perri chegou a designar o delegado especial Flávio Stringueta para a condução das investigações, contudo, diante dos indícios da prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, o desembargador determinou que a investigação seja conduzida pelo Procurador-Geral da República.

Ordem não aceitará estado policialesco constatado em MT

Durante a solenidade de entrega de certidões a novos advogados e advogadas mato-grossenses, no dia 6 de junho, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, reforçou o posicionamento da instituição em relação ao que chamou de maior escândalo do Estado.

“Não aceitaremos, em hipótese alguma, o estado policialesco que se está constatado em Mato Grosso com o famoso escândalo dos grampos telefônicos”, pontuou.

Ao alertar os novos profissionais da advocacia sobre a importância do estrito cumprimento da Constituição Federal, o presidente destacou que a OAB-MT não admitirá qualquer tipo de violação a um dos direitos constitucionais mais inalienáveis do cidadão, que é a garantia à inviolabilidade das suas comunicações.

“Não é do Estado Democrático de Direito transigir com cláusulas pétreas. Não podemos aceitar a flexibilização de direitos constitucionais conquistados pelo povo brasileiro à custa da vida daqueles

que lutaram durante os períodos ditatoriais. Violação de sigilo, ao arripio da lei, transformando isso num verdadeiro sistema clandestino de arapongagem, combina com tudo, menos com o Estado de Direito e a democracia. Combina com um regime que deve ser esquecido da história do Brasil, que é o regime ditatorial”, declarou.

Desde que veio à tona, por meio da imprensa, o esquema de interceptações telefônicas realizadas de forma ilegal, com pedido de quebra de sigilo a partir da inclusão de números de pessoas sem relação com o processo investigado conhecido como “barriga de aluguel”, a OAB-MT vem adotando uma série de providências para assegurar os direitos dos advogados e advogadas e de toda a sociedade.



Diante dos fatos, a Ordem ingressou com notícia-crime junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para apuração dos fatos. Também solicitou ao Judiciário a intervenção junto às operadoras de telefonia celular para conferência dos números possivelmente grampeados.

Ainda, a OAB-MT avalia o termo de declaração apresentado pela delegada da Polícia Civil Alana Cardoso.

Junto à Procuradoria Geral da República (PGR), a OAB-MT solicitou acesso ao inquérito, que tramita em sigilo, para acompanhamento das investigações, tendo em vista que já foi constatada a interceptação telefônica ilegal de pelo menos um advogado.

A Ordem ainda solicitou cópia dos

procedimentos investigatórios que tramitam na Corregedoria-Geral da Polícia Militar (CGPM), onde foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM), especialmente do termo de declaração prestado por uma policial.

A situação está sendo avaliada conjuntamente pelo Conselho Federal da OAB, em Brasília.

“Estamos não apenas cobrando, mas interpondo as medidas para que investiguemos a fundo essas notícias estarecedoras que temos visto na imprensa local. Tenham certeza que a OAB-MT tem sido uma eterna vigilante do cumprimento das obrigações constitucionais e não será diferente neste grave caso - que ousou dizer, é um dos maiores escândalos do nosso Estado - de violação dos sigilos telefônicos da sociedade mato-grossense e dos advogados. Lutaremos com todas as nossas forças para que os responsáveis por esse crime, por essa afronta ao Estado de Direito, sejam severamente punidos”, finalizou Leonardo Campos.

Reeducandos vão cursar ensino superior na PCE

Uma iniciativa ousada e corajosa. Assim foi chamado o projeto Liberdade de Direito e de Fato, idealizado pelo diretor adjunto da Penitenciária Central do Estado de Mato Grosso (PCE), Reges da Rocha, com o objetivo de promover a ressocialização por meio da Educação.

Agora, o sonho está prestes a se tornar realidade. Para isso, basta apenas vencer a corrida contra o tempo. Até meados de julho, os primeiros reeducandos mato-grossenses devem ingressar no ensino superior enquanto cumprem pena em regime fechado.

A medida será possível graças à parceria da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) que, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), oferecerá, na modalidade de Ensino à Distância (EAD), o curso superior de Administração Pública para os reeducandos da PCE.

Ao todo, serão 18 vagas e o ingresso ao curso dar-se-á por meio de vestibular. Apenas 100 reeducandos que já fazem parte de um projeto educacional e preencham os requisitos exigidos pela UFMT poderão participar do processo seletivo.

“Vamos oferecer para aqueles que realmente estão interessados em fazer



a diferença, buscar uma formação acadêmica e, aí sim, retornar à sociedade e concorrer em igualdade com uma outra pessoa qualquer a uma vaga no mercado de trabalho”, explicou o diretor adjunto.

De acordo com a reitora da UFMT, Myrian Serra, trata-se de uma experiência inovadora nas universidades federais e também no sistema prisional brasileiro. Para o projeto piloto, foi escolhido o curso de Administração Pública, que tem avaliação máxima pelo Ministério da Educação e duração de quatro anos. “Estamos oferecendo o que temos de melhor”.

“É um passo histórico”, destacou o juiz da Vara de Execuções Penais da Capital, Geraldo Fidelis. Ele disse acreditar que a iniciativa vai dividir a história das penitenciárias de Mato Grosso e poderá ser um padrão para todo o país.

Já com a confirmação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para fomento do projeto piloto, apoio da UFMT e da Asso-

Educação para ressocialização

Diretor da PCE, Roberval Ferreira Barros afirmou que não há dúvidas sobre o papel fundamental da educação para o processo de ressocialização. Ele contou que quando assumiu o comando da unidade, há cerca de quatro anos, apenas quatro salas de aula estavam em funcionamento na penitenciária.

Hoje, a PCE é a unidade prisional com o maior número de alunos na Escola Estadual Nova Chance, que atende o sistema prisional em Mato Grosso. Dos 3,4 mil reeducandos cursando ensinos fundamental e médio em todo o Estado, 450 cumprem pena na Penitenciária Central.

Ao todo, são 18 turmas, da alfabetização ao ensino médio, em 11 salas de aula dentro da PCE. Agora, esses alunos já podem sonhar com o ensino superior.

Quando começou a cumprir pena na PCE, Wagner Luiz Cabral Loubet tinha estudado até a 4ª série primária. Hoje, cursando o ensino médio, não pensa em parar de estudar. O tempo dedicado às aulas até o inspirou a escrever versos que se transformaram

em música para agradecer à iniciativa.

Com o projeto Liberdade de Direito e de Fato, os vários alunos que concluem o ensino médio na Escola Nova Chance da PCE poderão dar continuidade aos estudos, ingressando no ensino superior sem correr o risco de ficarem desatualizados ou ociosos durante o período em que cumprem a pena.

Como o curso tem duração de quatro anos, os aprovados que conquistarem a liberdade antes da conclusão poderão terminar a faculdade fora da PCE, no pólo Cuiabá da UAB. A medida também abre a oportunidade para que outro vestibulando aprovado no processo seletivo, mas que esteja no cadastro reserva, passe a cursar o ensino superior.

Para o processo de ressocialização, o secretário de Tecnologia Educacional da UFMT, professor Alexandre Martins dos Anjos, reforça que a sociedade pode contribuir de diversas maneiras, permitindo que esses alunos possam realizar estágios e, quando egressos do curso, possam disputar uma vaga no mercado de trabalho.

ciação dos Servidores da Penitenciária Central (Aspec), o projeto “Liberdade de Direito e de Fato” aguarda a assinatura do termo de cooperação por parte da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

No dia 21 de junho, o presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB-

-MT, Waldir Caldas, acompanhou a visita das instituições às instalações que abrigarão o curso superior na PCE. Além de apoiar a parceria para a instalação do curso superior, a Comissão está promovendo uma campanha de arrecadação de livros para equipar a biblioteca da unidade prisional.

OAB-MT apresenta trabalho de Comissão durante II Fórum de Políticas sobre Drogas

Extrapolando o âmbito do atendimento ao cliente quanto a uso ou comercialização de entorpecentes para atuar amplamente nas políticas sobre drogas é como a OAB-MT tem se posicionado em relação ao tema. O trabalho realizado pela instituição nesse sentido foi exposto pelo membro da Comissão de Políticas sobre Drogas da OAB-MT, o conselheiro Pedro Martins Verão, em palestra durante o II Fórum de Políticas sobre Drogas, no dia 21 de junho, evento sediado no auditório da Ordem.

“A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso entende a importância da presença da instituição nesse tema. Pode-se questionar

o papel do advogado como defensor daquele indivíduo acusado de algum fato envolvendo a droga ilícita. Mas a OAB tem uma missão constitucional da defesa dos direitos humanos. No momento em que o advogado possa defender aquele acusado em um processo, a Ordem, a partir dele, tem que analisar em um aspecto muito mais abrangente. Porque o efeito daquele processo não resulta tão somente num caso, mas pode resultar numa condenação da sociedade a essa miséria, essa praga que são as drogas”, ponderou o advogado na abertura do fórum.

Realizado pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh),

o encontro teve como discussão central ações e experiências intersetoriais nas políticas sobre drogas. Há mais de uma década, a Comissão de Políticas sobre Drogas da OAB-MT está em atuação. Além disso, o advogado Pedro Verão também representa a instituição no Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas, no qual são definidas estratégias de prevenção, educação, reinserção social, pesquisa e redução de danos.

São sete os principais objetivos da Ordem na atuação junto às políticas sobre drogas em Mato Grosso: criação de um fórum permanente, foco nas políticas de prevenção, realização de palestras e debates sobre os riscos do consumo, esta-

belecimento de políticas de colaboração, orientação à luz da legislação em instituições de acolhimento e contribuição para formular políticas de recuperação e reinserção com atenção familiar.

O cenário da presença de algumas drogas no Estado é alarmante para o conselheiro. De acordo com informações do governo estadual, o crack, por exemplo, já se encontra em 112 dos 141 municípios de Mato Grosso. “Ela (droga) não bate à nossa porta, ela está dentro da nossa casa e, por isso, é importante que se extraia desse evento tudo o que for possível. Nós consideramos cada um desses participantes guerreiros nessa luta”, acrescentou Verão.

Após pleito da OAB-MT, Central de Processamento de Diligências é implantada em todo o Estado

Depois de um projeto piloto em Cuiabá e Várzea Grande, a Central de Processamento de Diligências (CPD) está implantada em todas as Comarcas do Estado de Mato Grosso e entrou em funcionamento no dia 26 de junho.

Esta é uma reivindicação da OAB-MT junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Desde fevereiro, o pagamento das diligências dos oficiais de justiça pode ser realizado através de guia eletrônica.

Ainda em fevereiro, foi implantado o novo sistema de controle de diligências com projetos pilotos em Cuiabá e Várzea Grande. Na ocasião, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, afirmou que o TJMT havia se comprometido a estender a CPD para atender todo o Estado.

“Essa é uma antiga reivindicação da classe que há tempos lutamos para implementar. Com a implantação do projeto piloto, o TJMT havia se comprometido a estender para todo Estado e, em menos de quatro meses, honra este compromisso e traz mais celeridade à administração da Justiça”, afirmou Leonardo Campos.

O provimento nº 07/2017 da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso autoriza a implantação da Central de Processamento de Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso.

Com isso, os valores pagos a tí-

tulo de diligência serão creditados em conta única, a ser administrada pela coordenadoria financeira do TJMT, vinculados ao processo em que o ofi-

cial fará a diligência.

O sistema será responsável por vincular os valores das diligências ao mandado expedido e ao oficial de justiça escolhido para seu cumprimento.

Através do sistema será possível o controle das informações relativas ao pagamento das diligências, do oficial de justiça a quem o mandado foi distribuído, do cumprimento do ato e do recebimento da diligência pelo meirinho.

A Diretoria do Foro procederá o cadastramento, no Sistema Apolo, do zoneamento dos bairros e dos valores das diligências dos oficiais de justiça. Já à Central de Mandados compete proceder ao cadastramento dos oficiais de justiça nas comarcas em que houver ou à Unidade Judiciária, no sistema competente, bem como distribuir os mandados

e autorizar o pagamento.

Assim que autorizado o pagamento, o Departamento Financeiro do TJMT fica responsável por enviar ordem de liberação de recursos ao banco conveniado, que, por sua vez, deve comprovar a realização da transação bancária ou indicar os motivos impeditivos.

A guia para o pagamento das diligências será emitida exclusivamente pelo portal do TJMT (www.tjmt.jus.br). Além disso, ao valor da diligência será acrescida a importância referente à respectiva tarifa bancária. Também fica autorizada a emissão de uma única guia para realização de diversas diligências, ainda que em zonas de cumprimento diferenciadas, desde que referentes ao mesmo processo.

Em caso de complementação do valor da diligência, a parte deverá emitir guia específica para essa finalidade, devendo indicar, em campo próprio, o ato que se pretende complementar.

O Sistema de Arrecadação Bancária identificará a compensação do pagamento da guia em até 48 horas úteis.

Caso a diligência não seja cumprida, o oficial de justiça deverá proceder à devolução do valor recebido, por meio de guia própria para essa finalidade, emitida no site do TJMT.

Os valores de diligências de oficiais de justiça depositados em conta bancária deverão seguir o procedimento de liberação adotado anteriormente.



OAB-MT pede intervenção do Conselho Federal em ação que discute rezoneamento eleitoral

A Secretária Geral da OAB-MT publicou uma portaria no dia 26 de junho que normatiza os procedimentos de solicitação de inscrição de advogados e estagiários na instituição. O enfoque da norma trata da autenticação de certidões emitidas por via eletrônica.

De acordo com a Portaria 01/2017, a regra de apresentação de documentos todos em original ou, quando cópia, devidamente autenticados para pedido da inscrição, sob pena de ser rejeitado o pedido de protocolo, não mudou. A observância é quanto às certidões emitidas pela internet.

“Nos casos de certidões que necessitem de acesso ao site da internet para autenticação, o funcionário da secretaria, antes de proceder ao protocolo, certificará a autenticidade acessando o site respectivo,

atestando a situação nos autos”, traz o artigo segundo da Portaria.

Porém, mesmo nesses casos, existe a possibilidade de indisponibilidade do site ou outro problema. Quanto a isso, o parágrafo único deixa claro que a falta de acesso ao site para autenticação, “ou outro problema que impeça a análise, ou, ainda, caso o mesmo não ateste a autenticidade, o documento, bem como o protocolo de inscrição, será rejeitado pela Secretaria”, informa.

A Portaria comunica ainda que a recepção dos documentos pela Secretaria, com o respectivo protocolo, não prejudica a decisão do relator do pedido de inscrição de solicitar a inclusão de outros documentos ou, ainda, fazer diligências que julgar necessárias.

Portaria normatiza autenticidade de certidão eletrônica

A OAB-MT solicitou ao Conselho Federal que ingresse na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) questionando as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tratam do rezoneamento eleitoral do país.

Conforme as novas normativas da Justiça Eleitoral, em Mato Grosso, somente na Capital, o número de zonas eleitorais passou de seis para quatro. No interior, principal alvo das resoluções, ainda não há uma estimativa de quantas zonas poderão ser extintas.

A medida preocupa principalmente aqueles que atuam nas localidades mais distantes. Diante da situação, o presidente da subseção de Vila Rica da OAB, Rhandell Bedim Louzada, e o secretário-geral da OAB-MT, Ulisses

Rabaneda, reuniram-se com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), desembargador Márcio Vidal, no final de junho.

Após o encontro, o presidente da subseção apresentou o pleito à diretoria da OAB-MT, que decidiu propor ao Conselho Federal o ingresso na ação movida pela AMB questionando a constitucionalidade dos atos normativos do TSE.

O pedido da seccional de Mato Grosso foi apresentado ao Conselho Federal da OAB no dia 26 de junho pelo presidente Leonardo Campos. Ele destacou que a Ordem, como advogada da sociedade, não pode se omitir frente a qualquer medida que coloque em risco a democracia, dificultando o acesso dos eleitores à Justiça Eleitoral.



CAA/MT realiza II Arraiá da Advocacia e reúne mais de 500 pessoas

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realizou no dia 30 de junho o II Arraiá da Advocacia. De acordo com os organizadores, circularam pelo Estacionamento dos Advogados, em Cuiabá, mais de 500 pessoas entre profissionais da advocacia e seus familiares. A OAB-MT apoiou a iniciativa.

“O objetivo da nossa ação é proporcionar momentos agradáveis e que fortaleçam os laços de amizade entre a classe advocatícia. Nossa missão é trabalhar essa integração. O sucesso da festa só foi possível porque cada profissional da advocacia acreditou no nosso trabalho. Só temos a

agradecer aos que participaram do Arraiá da Advocacia, tornando-o, mais um ano, um evento grandioso e especial”, afirma o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, parabenizou a diretoria da CAA/MT pela organização do II Arraiá da Advocacia. “A cada ano, a Caixa de Assistência se supera, em todos os aspectos. Está tudo muito bem organizado e agradável”.

Além da decoração do local com bandeirolas e elementos remetendo à temática da festa, as barracas com comidas típicas e brincadeiras deram um ar ainda mais caipira ao evento. O jantar tipicamente cuiabano e o espaço kids

foram outros pontos positivos enumerados pelos participantes do arraiá. Além, claro, das atrações musicais: Henrique Maluf & Banda Zabumba Beat e a dupla Victor & Wágner.

PREMIAÇÃO – Neste ano, a CAA/MT premiou os melhores trajes caipiras. Com a parceria das empresas Casa Prado, Scotch Store e Centro de Saúde dos Advogados Studio Nayara Gaspar Prestes, a entidade presenteou as melhores caracterizações dos adultos (masculino / feminino). Para as crianças, a PUC Moda Infantil ofereceu vale-compras e perfumes para os trajes mais originais.

O casal com mais tempo de matrimônio e o casal mais animado também receberam prêmios do Centro de Saúde dos Advogados Studio Nayara Gaspar Prestes e do Galetto Cuiabano.

TRANSMISSÃO AO VIVO – Uma das novidades da segunda edição do Arraiá da Advocacia ficou por conta da transmissão ao vivo via Facebook. Os principais momentos do evento puderam ser acompanhados em tempo real pelos mais de seis mil seguidores da página oficial da entidade. Ao todo, os sete diferentes posts com as filmagens alcançaram mais de 13.000 visualizações.

Inscrições para II Corrida Kids e V Corrida da Advocacia podem ser feitas até 25 de julho

As inscrições para a II Corrida da Advocacia Kids e V Corrida da Advocacia podem ser feitas até o dia 25 de julho no site www.caamt.com.br. As provas são organizadas pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) com o apoio da OAB Mato Grosso.

Confira as informações sobre cada uma das corridas:

II CORRIDA DA ADVOCACIA

KIDS - Podem se inscrever crianças com idades entre dois e 12 anos. A inscrição é de R\$ 30 + taxa de serviço e será feita somente via internet no site www.caamt.com.br. As vagas são limitadas.

A prova será realizada no dia 26 de agosto, às 16h, na Associação dos Advogados, em Cuiabá. Os percursos possuem de 40 a 300 metros, variando conforme a faixa

etária dos participantes. Todos os inscritos receberão kit contendo camiseta com tecido tecnológico e número de peito.

Os organizadores da prova adiantam que todas as crianças inscritas e que participarem da competição receberão, ao término, medalhas. Importante destacar que, por se tratar de um projeto cujo objetivo é incentivar a prática esportiva entre as crianças, não haverá premiação em dinheiro ou troféu.

V CORRIDA DA ADVOCACIA - Podem participar da competição advogados(as) e estagiários(as) inscritos(as) na OAB e público geral. As vagas são limitadas. A prova será dia 27 de agosto, em Cuiabá.

Para os profissionais do Direito, a inscrição terá o valor de R\$ 50 + taxa de serviço. O público geral pagará R\$ 70 +

taxa de serviço. Atleta com deficiência é isento do pagamento e pessoas acima de 65 anos de idade terão 50% de desconto no ato da inscrição. As inscrições serão feitas somente pela internet, no site www.caamt.com.br.

A V Corrida da Advocacia terá percursos que totalizam cinco e 10 quilômetros, passando pelas principais avenidas do Centro Político Administrativo, com largada e chegada a Avenida André Maggi (fundos do TRT-MT).

O kit a ser retirado pelos atletas antes da prova conterà os seguintes itens: camiseta com tecido tecnológico, número de peito, chip eletrônico, viseira, easy bag e par de meias.



Quanto à premiação, a V Corrida da Advocacia premiará os três melhores tempos masculino e feminino nas categorias advogado/estagiário, público geral e atleta com deficiência. Haverá também premiações por faixas etárias nas categorias advogado/estagiário e público geral.

Informações: CAA/MT (65 3644-1374 / 3644-1006)

Décima primeira edição da Colônia de Férias será entre os dias 17 e 21 de julho

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realiza entre os dias 17 e 21 de julho a 11ª edição da Colônia de Férias. Podem participar filhos e dependentes de advogados e estagiários inscritos na OAB-MT com idades entre seis e 12 anos. As vagas são limitadas e as inscrições são feitas pelo site www.caamt.com.br até o dia 13 de julho.

As atividades da colônia de férias serão desenvolvidas na sede da Associação dos Advogados, em Cuiabá, das 8h às 18h. A taxa de inscrição é de R\$ 250,00 (inclusas todas as refeições para o período, kit colônia e passeio). O pagamento será via boleto bancário ou cartão de crédito (em até 2x).

A programação da 11ª Colônia de Férias prevê a realização de oficinas de pintura em tela, de teatro de fantoches e de mini chef de cozinha. Haverá ainda gincanas recreativas, desenvolvimento de atividades esportivas e passeio.

Importante ressaltar que todas as atividades realizadas durante a colônia de férias serão coordenadas e monitoradas, de perto, por profissionais de Educação Física e pela equipe da CAA/MT.

Informações: CAA/MT (65 3644-1006 / 3644-1374)



11ª Colônia de Férias

É DIVERSÃO, É FÉRIAS.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO
26/06 a 13/07

VALOR:
R\$ 250,00

LOCAL:
Associação do Advogados de Cuiabá

Para filhos e dependentes dos profissionais da advocacia.

Incluso alimentação (café da manhã, almoço e lanche), passeio e Kit Colônia. Inscrições Limitadas

APOIO: **OAB MATO GROSSO**

REALIZAÇÃO: **CAAMT** Caixa de Assistência dos Advogados

CAA/MT doa equipamentos para subseções da OAB-MT

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) fez a doação de equipamentos novos para as subseções da OAB-MT de Alta Floresta e Colíder. A vice-presidente, Xênia Artmann Guerra, representou a entidade na solenidade de entrega que ocorreu na sede da OAB/Colíder.

O evento contou com a participação do presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, dos presidentes das subseções de Alta Floresta, Peixoto de Azevedo e Sinop. A advocacia de Colíder também se fez presente e em grande número.

“Foi um momento muito especial em que pudemos prestar contas das ações da Caixa de Assistência e contribuir para a melhoria dos serviços ofere-

cidos aos nossos colegas que militam na região que, agora, passam a ter disponíveis novos computadores e multifuncionais”, explica Xênia Artmann Guerra.

As subseções de Colíder e Alta Floresta receberam kit contendo um computador completo e uma multifuncional. “A Caixa de Assistência sempre participativa e sensível às necessidades das subseções”, afirma o Delegado da CAA/MT em Colíder, Adalberto César Pereira Martins Júnior.

A vice-presidente da CAA/MT esclarece que os equipamentos foram adquiridos com recursos do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida) do Conselho Federal da OAB.



TDP julga 95% dos processos instaurados no primeiro semestre de 2017



Entre janeiro e junho deste ano, o Tribunal de Defesa de Prerrogativas (TDP) da OAB-MT julgou 84 processos decorrentes de violação contra as prerrogativas garantidas ao exercício dos advogados, conforme a Lei nº 8.906/1994 – Estatuto da Advocacia.

O volume de lides julgadas no primeiro semestre de 2017 corresponde a 50,2% do total de processos apreciados pelas duas turmas que compõem o TDP ao longo de 2016, quando foram 167 demandas.

No ano passado, das 167 ações protocoladas junto ao TDP, 67 foram julgadas improcedentes, enquanto que 62 foram procedentes e 38 restaram em diligência, que ocorre quando se aguarda o ajustamento de documentos pela parte contrária, a quem é garantida a ampla defesa e o contraditório.

De acordo com o presidente do TDP, André Stumpf Jacob Gonçalves, cerca de 90% das ações instauradas são por iniciativa dos próprios advogados, logo após se sentirem ofendidos durante o exercício da profissão. “O TDP também pode atuar ex officio

diante de uma situação na qual se verifica ou se suspeita da violação das prerrogativas”.

Legislação – As prerrogativas estão contidas no artigo 7º da Lei nº 8.906/1994. “Trata-se de um compilado de direitos garantidos aos advogados para que exerçam a profissão com liberdade. As prerrogativas resumem os Direitos Fundamentais do artigo 5º da Constituição Federal. Vale ressaltar que a lei que figura como Estatuto da Advocacia é uma lei federal e se sobressai sobre qualquer regimento interno, administrativo ou legislação estadual”, pontua o presidente do TDP, André Stumpf.

Como acionar – Os advogados que tiverem as prerrogativas violadas podem acionar o TDP da OAB/MT por meio do e-mail: tdp@oabmt.org.br. Celular: 65 99239-1000. Telefone: 65 3613-0900 e aplicativo: Prerrogativa – do Conselho Federal da OAB. As queixas feitas por telefone devem ser formalizadas na sede do TDP, que fica na Rua Dr. Mario Cardil Filho S/N – Centro Político Administrativo de Cuiabá.

Presidente da OAB-MT participa de troca de comando da PM

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, participou da cerimônia de troca de comando da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) no Comando Geral, em Cuiabá. A solenidade ocorreu no dia 29 de junho, quando o coronel Marcos Vieira da Cunha substituiu o coronel Jorge Luiz de Magalhães.

Desde o início da gestão, a OAB-MT tem buscado uma aproximação junto à PMMT conquistando, nos últimos anos, uma melhoria expressiva no relacionamento entre profissionais da advocacia e policiais militares no âmbito de suas atuações.

Para isso, a Ordem realiza,

Prerrogativas (TDP), uma série de palestras, desde os cursos de formação de oficiais até ações pontuais em todas as subseções de Mato Grosso, levando aos policiais militares informações sobre o que determina a legislação em vigor acerca dos direitos dos cidadãos quando assistidos por advogados e advogadas no decorrer da ocorrência.

Leonardo Campos reconhece o trabalho desempenhado pelo ex-comandante à frente da PMMT e afirma que as portas da OAB-MT estão abertas para o novo comando, com quem pretende manter o bom relacionamento e deseja uma gestão próspera.

ESA-MT e Atame abrem pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho

Estão abertas as inscrições para a oitava turma do curso de pós-graduação “lato sensu” em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, oferecido pela Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT) em parceria com a Atame Assessoria, Consultoria, Planejamento, Cursos e Pós-graduação e a Universidade Cândido Mendes. As aulas iniciam no dia 28 de julho, na sede da ESA-MT, localizada no Centro Político Administrativo.

A pós-graduação, cuja carga horária total é de 378 horas, é voltada para bacharéis em Direito, advogados, procuradores, membros do Ministério Público e da Magistratura, além de demais carreiras ligadas à área jurídica. O curso acontecerá ao longo de 21 meses, com aulas men-

sais aos finais de semana, entre sexta-feira e sábado.

O conteúdo específico será abordado durante 324 horas de curso. As demais horas serão voltadas ao programa científico. A proposta do curso é refletir o panorama atual do ponto de vista doutrinário, jurisprudencial e prático dos principais temas do Direito do Trabalho e do Direito Processual do Trabalho. A aplicação prática do conteúdo é uma das estratégias de aprendizado, através da confecção de peças processuais, formulários, minutas de contrato, entre outros documentos.

O encerramento da pós-graduação está previsto para novembro de 2019. Os interessados podem procurar mais informações junto à Atame pelo telefone 3321-9000.

OAB Sinop promove debate sobre violência contra idoso

Sinop lidera o ranking estadual de casos de violência contra os idosos. O município precisa implantar políticas públicas que, além de atender às vítimas, visem a proporcionar, informar e orientar a sociedade. O alerta parte da Subseção de Sinop da OAB-MT e do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT).

“A luta pelos direitos dos idosos deve ser constante e almejada por toda sociedade. Faltam informações mais claras e acessíveis já que, muitas vezes fragilizadas pela idade, as pessoas deixam de buscar ajuda. A Ordem busca simplificar as leis e facilitar a assimilação”, ponderou o secretário adjunto da OAB Sinop, Henei Casagrande.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Hu-

manos (SEJUDH), em 2016 foram registradas 230 denúncias em Mato Grosso, das quais 18,1% ocorreram em Sinop.

“A redução não é tarefa fácil e não será feita do dia para a noite. A educação é uma das formas de prevenção. Obviamente ainda há a repressão e o MP, nas suas vertentes criminais, tem o dever de buscá-la nos casos em que couber”, afirmou o titular da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Sinop, o promotor Pompílio Paulo Azevedo Silva Neto.

O tema foi objeto de discussão no final de junho e mobilizou representantes do Ministério Público, da OAB, prefeitura de Sinop, entidades de atendimento ao público idoso e comunidade em geral a participar de uma tarde de debates na sede da Promotoria de Justiça.

“Sinop está com números muito ruins. Precisamos colocar para fora, mostrar que esta situação existe, alertando às pessoas, chamando a atenção da sociedade para o problema. Temos que avançar muito. Qualquer iniciativa como essa, voltada para a educação, deve ser aplaudida de pé”, apontou Pompílio.

Emocionado, o representante dos idosos, o aposentado Orlando Darold, reforçou que as famílias e a comunidade precisam estar atentas a possíveis abusos sofridos pelos mais velhos. “Eu sei que é difícil falar algo ruim de um filho, um neto ou alguém que conhecemos e amamos, até mesmo porque nos sentimos muito impotentes com uma situação como essa, mas é preciso ser forte e lutar pelos



nossos direitos”, destacou.

A secretária municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Josi Palmasola, explicou que a discussão realizada no dia 23 de junho marcou o fechamento de um mês de atividades voltadas ao público idoso. “Agora, fechamos com estes esclarecimentos e conversa com os representantes da OAB e do Ministério Público”.

Novas ações direcionadas aos idosos estão previstas em Sinop ainda neste ano. (Com Conexão Assessoria)

Melhorias em hospital e Comarcas são pleitos da Subseção de Diamantino ao TJMT

A manutenção do Hospital São João Batista, em Diamantino, e melhorias nas Comarcas foram os pleitos levados em reunião entre o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) Rui Ramos, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, o presidente da subseção da OAB-MT em Diamantino, Pêrsio Oliveira Landim, e o prefeito do município, Eduardo Capistrano. O encontro aconteceu no dia 6 de junho.

Além da manutenção do hospital, foram apresentados os pleitos das seis Comarcas e das 10 cidades atendidas pela 4ª Subseção da OAB-MT.

O presidente Pêrsio Landim informou que foi solicitado o apoio do TJMT para a manutenção do Hospital São João Batista. “Nessa reunião, deliberamos sobre a manutenção do Hospital em Diamantino, pedindo o apoio do TJMT, bem como a mobilização de todos os prefeitos da região para solucionar a questão da saúde”, explicou.

O Hospital São João Batista é gerenciado pelo consórcio intermu-



nicipal de saúde da região do Centro Norte em co-gestão com o Estado.

Sobre as melhorias referentes às comarcas, Pêrsio destacou que foram realizadas solicitações para todas. “Pedimos a designação de juiz para a cidade de Rosário Oeste, bem como projeto de Mutirão para atender às demandas que se encontram paralisadas; pedido de nomeação para juiz leigo também para Rosário e conciliadores”, citou.

Para Arenápolis, foi solicitada a criação da 2ª Vara na Comarca, bem como convocação de concursados, gestores e oficiais de justiça e contratação de juiz leigo. Já para São José

do Rio Claro também foi pedida a criação da Vara Criminal e a contratação de juiz leigo.

Os pedidos para Diamantino foram para a criação da Vara Criminal, redistribuição de competência das Varas, realização de audiências de conciliação em Alto Paraguai das ações oriundas dos municípios daquela cidade e o aumento da meta das audiências de conciliação, bem como contratação de juiz leigo.

O corregedor da OAB, Flaviano Taques, também participou da reunião, além da comitiva de Rosário Oeste formada pelos advogados Carlos Mendes, Nilto e Lígia.

Subseção de Paranatinga apresenta demandas ao TJMT

A advocacia de Paranatinga reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos, no começo de junho para apresentar pleitos e anseios da categoria na cidade. O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e o presidente da subseção de Paranatinga, Evandro Silva Salvador, foram os responsáveis por apresentar as demandas.

Conforme Evandro Salvador, a subseção solicitou ao TJMT cinco servidores para atender as duas varas instaladas em Paranatinga e também a instalação de uma vara criminal. “Além da nomeação do conciliador para o juizado especial cível, que foi realizada e concretizada na hora, solicitamos novos servidores, ao que o presidente do TJMT Rui Ramos garantiu empenho para atender”, explicou.

Contudo, o pleito de novos servidores para as varas de Paranatinga depende de questões orçamentárias. “O presidente do TJMT disse que se empenharia, mas não há previsão de quando vão atender, inclusive com remoções internas”, destacou Evandro.

Para o presidente da subseção, o fato do presidente do TJMT se comprometer pessoalmente com a situação demonstra um engajamento com a questão do provimento dos servidores.

Também participaram da reunião a tesoureira da subseção Catiane Michele Dias e Andreia Justina e Silvana Gregório Lima da Comissão da Mulher Advogada de Paranatinga.

FeijOAB bate recorde de público e se consolida como festa da solidariedade

Realizada desde 2013 pela Subseção de Lucas do Rio Verde da OAB-MT, a FeijOAB chegou à sua 5ª edição no dia 10 de junho superando as expectativas e o público dos eventos anteriores. Mais de 1,1 mil pessoas contribuíram com a ação social que já beneficiou 14 entidades de Lucas do Rio Verde e Tapurah.

“Superamos todas as outras edições. Só de comprar o ingresso e participar da festa, a pessoa já está contribuindo para as entidades assistenciais da nossa região”, comemorou o presidente da OAB em Lucas do Rio Verde, Eduardo Vilela.

Ao longo das quatro edições anteriores, foram arrecadados aproximadamente R\$ 165 mil. Para receber os donativos, as entidades precisam entregar os projetos na Subseção de Lucas do Rio Verde. Conforme Eduardo Vilela, os projetos po-

dem ser apresentados durante todo o ano.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos destacou que a FeijOAB se consolidou como o maior evento solidário do Sistema OAB. “É a advocacia mato-grossense trabalhando em prol da sociedade”.

Campos ainda lembrou que assumiu o compromisso de advogar por todos e liderar pela Ordem, e a realização de eventos como a FeijOAB demonstra como a entidade vem assumindo papel protagonista na sociedade civil organizada.

Vice-governador de Mato Grosso, Carlos Fávoro afirmou que fez questão de contribuir. “Esse evento já se consolidou como um dos grandes eventos da solidariedade mato-grossense. Fiz questão de estar aqui para ajudar porque é assim que se faz uma sociedade organizada, com solidariedade”, disse.



PROGRAMAÇÃO ESTADUAL MÊS DA ADVOCACIA – 2017

ALTA FLORESTA

26/08 – Sábado

Baile do Rubi
22h30 – Local: Lions Clube em Alta Floresta
Realização: Subseção da OAB/Alta Floresta, OAB-MT e CAA/MT

CUIABÁ

10/08 – Quinta-feira

Café da manhã em celebração ao Dia do Advogado
8h – Sala da OAB-MT no TRT-MT
Realização: CAA/MT e OAB-MT

Chá da tarde em celebração ao Dia do Advogado
16h – Sala da OAB-MT no Fórum Cível e Criminal
Realização: CAA/MT e OAB-MT

16, 17 e 18/08 – Quarta-feira a sexta-feira

XX Conferência Estadual da Advocacia e XX Jornada Jurídica
Palestrantes: 40 palestrantes presentes
Horários: 16/08 Das 19h às 22h. - 17/08 Das 08h30 às 11h30 e das 19h às 22h00 – 18/08 Das 08h30 às 11h30 e das 19h00 às 22h
Local: Centro de Eventos do Pantanal
Taxa de inscrição: Profissional da Advocacia: R\$ 120 ; Estudante / Estagiário: R\$ 100 ; Público Geral: R\$ 200
Carga Horária: 80 horas / aula.
Certificação: ESA
Realização: OAB-MT, ESA-MT e CAA/MT

26/08 – Sábado

2ª Corrida da Advocacia Kids
16h – Local: Associação dos Advogados de Mato Grosso
Realização: CAA/MT e OAB-MT

27/08 – Domingo

V Corrida da Advocacia
7h – Local: Avenida André Maggi (fundos do TRT-MT)
Realização: CAA/MT e OAB-MT

LUCAS DO RIO VERDE

07 a 11/08 – De segunda-feira a sexta-feira
Horário e local: A definir pela OAB/Lucas do Rio Verde
Realização: OAB/Lucas do Rio Verde

12/08 – Sábado

Jantar do Advogado

Horário e local: A definir pela OAB/Lucas do Rio Verde
Realização: OAB/Lucas do Rio Verde

Durante a semana de 07 a 11 de agosto, os profissionais da advocacia terão descontos especiais nos estabelecimentos parceiros.

MIRASSOL D'OESTE

10/08 – Quinta-feira

Palestras com o tema: Mediação, Conciliação e Arbitragem
Palestrantes: A definir pela OAB/Mirassol D'Oeste
Horários: A definir pela OAB/Mirassol D'Oeste
Local: Faculdade Católica Rainha da Paz
Realização: OAB/Mirassol D'Oeste

11/08 – Sexta-feira

Jantar em Comemoração ao Dia do Advogado
Horário e local: A definir pela OAB/Mirassol D'Oeste
Realização: OAB/Mirassol D'Oeste

No mês de agosto, a OAB/Mirassol D'Oeste entregará cartilhas sobre as Prerrogativas Profissionais aos advogados(as) nos fóruns

NOVA MUTUM

11/08 – Sexta-feira

Rock Julino
20h – Local: Costela'sBeer
Realização: OAB/Nova Mutum

12/08 – Sábado

Tradicional Feijoada
12h – Local: Área de lazer da OAB/Nova Mutum
Realização: OAB/Nova Mutum

PARANATINGA

11/08 – Sexta-feira

Jantar dançante em comemoração ao Mês da Advocacia
19h – Local: Club Village Paranatinga
Realização: OAB/Paranatinga

PEIXOTO DE AZEVEDO

19/08 – Sábado

Baile do Rubi
22h – Local: Pavilhão da Igreja São Cristóvão em Matupá
Realização: OAB/Peixoto de Azevedo, OAB/

MT e CAA/MT

RONDONÓPOLIS

07 a 10/08 – Segunda-feira a quinta-feira

OAB vai à universidade
Horários e locais: A definir pela OAB/Rondonópolis
Realização: OAB/Rondonópolis

11/08 – Sexta-feira

Noite da Advocacia
22h – Local: Sede da OAB/Rondonópolis
Realização: OAB/Rondonópolis

14 a 18/08 – Segunda a sexta-feira

OAB vai à escola
Horários e locais: A definir pela OAB/Rondonópolis
Realização: OAB/Rondonópolis

21 a 26 de agosto – Segunda-feira a sábado

Semana Jurídica
Horários e locais: A definir pela OAB/Rondonópolis
Realização: OAB/Rondonópolis

No mês de agosto, a OAB/Rondonópolis realizará a Caminhada da OAB. Mais informações serão divulgadas pela OAB/Rondonópolis

SINOP

12/08 – Sábado

Encerramento do projeto Medida Legal
Horário e local: A definir pela OAB/Sinop
Realização: OAB/Sinop e CAA/MT

18/08 – Sexta-feira

Baile do Rubi
21h – Local: Ghizoni Centro de Eventos
Realização: OAB/Sinop, OAB-MT e CAA/MT

SORRISO

11/08 – Sexta-feira

Café da manhã em celebração ao Dia do Advogado
7h30 – Sede da Vara do Trabalho / Subseção
Realização: OAB/Sorriso

12/08 – Sábado

2º Baile do Rubi
22h – Local: Clube Sorriso
Realização: OAB/Sorriso, OAB-MT e CAA/MT

14 a 18/08 – Segunda a sexta-feira

Semana de visitas dos acadêmicos do curso de Direito à subseção
19h – Local: Sede da OAB/Sorriso
Realização: OAB/Sorriso

18/08 – Sexta-feira

Churrasco em celebração ao Mês da Advocacia
18h30 – Local: Sede da OAB/Sorriso
Realização: OAB/Sorriso

28/08 a 01/09 – Segunda-feira a sexta-feira

Semana Jurídica
Horários e locais: A definir pela OAB/Sorriso
Realização: OAB/Sorriso e UNIC Campus Sorriso

VÁRZEA GRANDE

22/08 – Terça-feira

Curso: Ética na advocacia com enfoque do novo CPC
Tema abordado pelo professor e secretário-geral da OAB/VG Dr. Samuel Richard Decker Neto
18h30 – Local: Salão do Tribunal do Júri do fórum da Comarca de Poconé
Certificação: 4h/aula
Realização: OAB/Várzea Grande

24/08 – Quinta-feira

Café da manhã em celebração ao Mês da Advocacia
7h30 – Local: Sala da OAB na Justiça do Trabalho da Comarca de Várzea Grande
Realização: OAB/Várzea Grande

Premiação do 2º Concurso de Redação da OAB/VG
19h30 – Local: Auditório da OAB/VG
Realização: OAB/Várzea Grande

25/08 – Sexta-feira

Workshop Jurídico, inauguração da sala da Diretoria e Comissões e descerramento da placa de revitalização da sede
19h30 – Local: Auditório da OAB/VG
Realização: OAB/Várzea Grande

26/08 – Sábado

Workshop Jurídico
8h – Local: Auditório da OAB/VG
Realização: OAB/Várzea Grande

VILA RICA

12/08 – Sábado

Baile do Rubi
23h – Local: Espaço Fest BNB em Confresa
Realização: OAB/Vila Rica, OAB-MT e CAA/MT

Informe OAB

TJMT sinaliza para construção de novo Fórum em Água Boa

Em visita ao município de Água Boa, a pedido do presidente da Subseção da OAB-MT, Paulo Diniz, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos, anunciou a construção do novo prédio do Fórum.

O anúncio foi feito no dia 6 junho. Na ocasião, o presidente do TJMT informou que o plano de gestão é voltado às melhorias no setor judiciário. O intuito é que o novo prédio possa abrigar novas varas e juizes. “Cerca de 60 dias atrás, a subseção encampou a discussão sobre a construção do novo Fórum, uma vez que existe um imóvel doado há alguns anos e transferido ao Poder Judiciário em 2014, e tivemos a oportunidade de realizar uma visita junto ao presidente Rui Ramos”, explicou Diniz.

Vila Rica – As providências realizadas e anunciadas pelo TJMT também foram motivo de comemoração para a Subseção de Vila Rica da OAB-MT. Duas varas da cidade e de São Félix do Araguaia foram reativadas na região.

Além do reinício dos serviços, o Tribunal também instalou a terceira vara da Comarca de Porto Alegre do Norte e deve iniciar estudos para elevação da entrância. O presidente da Subseção, Rhandell Bedin Louzada, agradeceu o trabalho do desembargador Rui Ramos à frente do TJMT.

Ainda de acordo com o presidente da subseção, o TJMT começa um estudo sobre a construção de um novo fórum em São Félix e a reforma da unidade de Vila Rica. Além disso, estudaria a instalação do Juizado Especial Cível de Confresa.

Parceria entre OAB Colíder e Facider oferece pós-graduação em Processo Civil

Por meio da parceria entre a subseção de Colíder da OAB-MT e a Faculdade de Colíder (Facider), foi iniciada, no dia 23 de junho, a pós-graduação lato sensu Novo Código de Processo Civil – Teoria e Prática.

Com um total de 17 módulos, o curso conta com carga horária de 390 horas aula. As aulas acontecem aos sábados e domingo e a duração é de 12 meses.

A palestra inaugural foi ministrada pela vice-presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil da OAB-MT e uma das idealizadoras do Observatório do Novo CPC da OAB-MT, a advogada Luciana Póvoas.

De acordo com o presidente da OAB em Colíder, Ricardo Zeferino Pereira, é de fundamental importância a participação dos profissionais do Direito, especialmente da advocacia, em atualizações e capacitações constantes.

Obras da Subseção de Peixoto de Azevedo estão adiantadas

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, visitou as obras da sede da 14ª Subseção da OAB-MT de Peixoto de Azevedo (a 673 quilômetros de Cuiabá) no dia 23 de junho. Com data estabelecida para inauguração em outubro próximo, a construção já deve estar servindo à advocacia da região ainda antes, tendo em vista o adiantado da obra, conforme constatou o presidente.

“Já tem data marcada para inauguração oficial, dias 5 e 6 de outubro, quando Peixoto se tornará a capital da advocacia mato-grossense recebendo o Colégio de Presidentes de Subseções e delegados da Caixa de Assistência. Porém, a sede estará à disposição bem antes de outubro, pelo andamento das obras, para uso da advocacia. Isso nos enche de orgulho e honra”, comentou Campos.

Também acompanharam a visita o juiz de direito da Comarca de Peixoto de Azevedo, Evandro Juarez Rodrigues, o diretor da Cadeia Pública da cidade, Manoy da Silva Rodrigues, o presidente da 14ª Subseção, Marcus Macedo, além do ex-presidente, Ruy Portella de Souza, do presidente da Comissão de Construção, Nilson Allan Rodrigues Portela, e advogados da região.

O prédio da Subseção terá ao todo 270 metros quadrados de área construída, distribuídos entre recepção, salas administrativas, espaço multiuso, auditório e estacionamento. Toda a obra foi viabilizada pela advocacia da região em parceria com o Poder Judiciário, o Sistema Prisional, empresários locais e sociedade em geral.

“É muito importante a visita do Leonardo aqui, que tem sido peça fundamental para essa estrutura, atendendo a todos os nossos pleitos. Essa é uma obra muito importante para toda a advocacia do norte de Mato Grosso. Será um marco não só para advocacia, mas para toda sociedade que poderá usufruir dessa estrutura”, comentou o presidente da Subseção.

A nova sede da Subseção de Peixoto de Azevedo é a primeira obra a ser concluída na gestão da atual diretoria da OAB-MT.



Primavera do Leste recebe Projeto Padrinhos

Solidariedade e apoio a crianças e adolescentes acolhidos em instituições públicas é um dos objetivos do projeto “Padrinhos”, lançado em Primavera do Leste no dia 22 de junho, na sede do Fórum. O evento contou com a presença da corregedora-geral de Justiça, a desembargadora Maria Aparecida Ribeiro. No dia 21 foi ministrada palestra sobre Padrinhos Afetivos.

O projeto existe desde 2008 e promove a participação de pessoas da sociedade civil, que não tem interesse na adoção ou guarda, mas desejam “apadrinhar” crianças e adolescentes.

Qualquer pessoa com mais de 18 anos pode apadrinhar pelo projeto, independente de

classe social, profissão, credo, raça ou sexo. Empresas, instituições, escolas, clubes de serviços, entidades de classe e associações também podem apadrinhar menores acolhidos.

Podem ser apadrinhados crianças e adolescentes com mais de 7 anos que perderam o vínculo com a família biológica ou se encontram em situação de difícil inserção em família substituta.

Para participar do Projeto, o interessado deve procurar a Cadastro de Pretendentes à Adoção nas Comarcas do interior e entrar em contato pelos telefones (65) 3617-3121 e 3617-3191, ou pelo e-mail ceja@tjmt.jus.br. O cadastro também pode ser preenchido e enviado pela internet

Pedido de inscrição pode ser acompanhado online

A OAB-MT informa que, desde o dia 28 de junho, todos os protocolos de inscrição vêm sendo encaminhados para o endereço de e-mail informado como cadastro principal de cada requerente.

Dessa forma, é imprescindível que o endereço eletrônico seja informado corretamente e atualizado para que o requerente possa fazer o acompanhamento de seu pedido de inscrição na Ordem.

Assim que os pedidos são efetuados em qualquer subseção da OAB-MT, ou diretamente na seccional, é gerado um protocolo a ser encaminhado para o e-mail do requerente com o número para que seja possível fazer o acompanhamento da solicitação.

O acompanhamento online pode ser feito no site da OAB-MT (www.oabmt.org.br) clicando na aba “Consulta Pública de Protocolo”, localizada no lado superior direito da tela.

Em Destaque



Os responsáveis pelo sucesso da FeijOAB 2017, representantes da Subseção de Lucas do Rio Verde da OAB-MT comemoraram mais um sucesso de público com o evento, já consolidado no calendário cultural de Mato Grosso



Membros da Comissão da Infância e Juventude da OAB-MT participaram, entre 7 e 9 de junho, do I Congresso de Direitos da Criança e do Adolescente das Seccionais da OAB, no Rio de Janeiro



O clima de descontração tomou conta do Arraiá da Advocacia, realizado no dia 30 de junho, para diversão de advogados, advogadas familiares e amigos, que não dispensaram o traje a caráter e a quadrilha



Mato Grosso enviou uma delegação formada por membros da Comissão da Jovem Advocacia da OAB-MT para Porto Velho durante o XVI Encontro Nacional da Jovem Advocacia, ocorrido de 1ª a 3 de junho



O presidente da Comissão de Direito do Consumidor da OAB-MT, Rodrigo Polamares, com o presidente do Conselho Federal da Ordem, Cláudio Lamachia, durante a reunião da Comissão Especial de Defesa do Consumidor com o Colégio de Presidentes das Comissões das Seccionais, em Brasília, no dia 28 de junho



O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, com o presidente da Subseção de Peixoto de Azevedo, Marcus Macedo, durante visita às obras da nova sede, que devem ficar prontas antes da data prevista